

FATOS E NOTAS

ANCHIETA NÃO É PORTUGUÊS (*).

Uma questão resolvida — Capítulo final de um litígio científico-histórico.

I

ANTECEDENTES

Mercê da amabilidade do Exmo. Prof. Dr. E. Simões de Paula, diretor da *Revista de História*, podemos dar hoje por terminada uma questão científico-histórica, que se iniciou lá pelo mês de fevereiro de 1953, no grande jornal desta cidade de São Paulo, *A Gazeta*.

Nessa data e lugar, o Sr. Dr. Tito Lívio Ferreira, Professor de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica, publicava um artigo, o primeiro, ao que nos parece, de uma série, no qual se cometiam enganos bastante notáveis, acêrca de pessoas e fatos relacionados com a História de Portugal, de Espanha e do Brasil. Entre êles, o mais conspícuo pelo exagêro dos tipos em que estava impresso, era o que rezava *Anchieta, português das Canárias*. Algo assim como se alguém disesse: Alexandre de Gusmão, brasileiro da Venezuela.

Como essa afirmação nos pareceu um tanto errônea, julgamos nossa obrigação demonstrar e provar documentariamente a verdade. Foi o que fizemos com nosso artigo, intitulado: *Pelos foros da verdade e da História (Anchieta não é português)*. Enviado êsse artigo ao periódico *A Gazeta*, uns dez ou doze dias após a data referida, esperávamos da amabilidade e do amor à verdade do seu digno diretor tivesse êste a bondade de publicá-lo. Tal esperança, porém, fálhou totalmente. O Sr. Tito Lívio, ou então outra pessoa, não sabemos, encarregou-se de boicotar sua publicação, impedindo que a verdade histórica brilhasse. Em compensação, dias depois, a 4 de março, vimos, com a maior surprêsa, outro artigo do mesmo autor, que não era senão uma velada resposta ao nosso. Diante dessa inqualificável falta de delicadeza ficamos verdadeiramente perplexos. Nestas circunstâncias, nem verdade, nem aclaração histórica foram possíveis durante quase todo o referido ano. De nossa parte, que podíamos fazer, senão deixar passar o tempo, e es-

(*) — Texto traduzido do espanhol por Ilydio Burgos Lopes.

perar pacientemente outra oportunidade, em que nossas intenções pudessem ser úteis? Mas, como a verdade sempre acaba por abrir caminho, e como nem todos os diretores de publicações sentem tão pouco apreço pela Ciência e pela História; e como também o Padre Anchieta não estava disposto a tolerar que dêle se dissessem coisas tão estranhas e errôneas, a oportunidade se apresentou sem demora, na pessoa do Dr. E. Simões de Paula, Professor catedrático e também diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que fêz-nos a imerecida honra de publicar o artigo a que nos estamos referindo.

Em verdade, alegramo-nos agora do boicote da *A Gazeta*, pois redundou em honra muitíssimo maior, não para nós, mero virtuose da História, e sim para a verdade que defendemos, em aparecer numa publicação da categoria científica da *Revista de História*, da qual, sinceramente, e sem lisonja, afirmamos ser uma das melhores do Brasil, e quiçá melhor que muitas do estrangeiro, e não por um jornal que sob todos os pontos de vista é também magnífico, havendo apenas a lamentar que em suas páginas apareçam artigos como o que estamos refutando, e continuem a aparecer outros, na coluna diária dedicada à "História de São Paulo". Tais artigos, em matéria de erros, são irmãos gêmeos daquele, se é que não lhe excedem em várias ocasiões, a tal ponto que fomos forçados a optar pelo abandôno da sua leitura, pois, do contrário, teríamos que estar diariamente respondendo e rebatendo disparatês e mais disparatês.

Na citada coluna (dizemos isto para chamar a atenção de quem de direito), está-se *fabricando* a História de São Paulo, assim como se fabricam casas ou produtos, e não escrevendo-a, ou narmando-a, como o deveria ser.

Assim que nosso artigo chegou às mãos do Dr. E. Simões de Paula providenciou êste a sua publicação imediata, fazendo-o aparecer em sua *Revista de História*, número 15, págs. 145-152, honra que lhe agradecemos sobremaneira. Em seguida ao nosso aparecia também, em réplica, outro do Sr. Tito Lívio Ferreira (págs. 153-158), cuja leitura recomendamos, pois é exatamente a êste, e de modo geral a tôda esta questão, que pretendemos responder para liquidar o assunto, com estas nossas breves palavras, fazendo previamente as ressalvas indispensáveis nesta espécie de discussão: é assunto *puramente científico e não pessoal*. Dizemos isto em aras do nosso exclusivo e explícito desêjo de manter esta polémica à altura e com a elevação de propósitos e fins com que a iniciamos, e a temos orientado e mantido. Se às nossas palavras e gestos alguém intentasse dar outro alcance, desde já fazemos nosso mais solene protesto, e declaramos totalmente espúrias tais interpretações. Movem-nos apenas fins científicos e históricos, e só tratamos de evitar o imenso mal e a confusão, que com o referido artigo se fêz, e se continua fazendo na citada coluna "História de São Paulo", à Ciência, à História, e... sobretudo ao Brasil: e mais

concretamente a São Paulo, e à sua juventude estudiosa e culta, que com tanto erro, tanta mentira e tanta patranha, acabará por não saber se foi descoberto aquêle, e fundada esta, por Cabral e Anchieta, ou se o foram por Júlio César e Pio XII.

II

Dito isto, voltemos à nossa dúplica, têrmo que, embora tomado do Direito, parece-nos o mais apropriado para que possamos entender-nos no meio de tanta contestação de um e outro lado.

O artigo, ou seja a réplica, do Sr. Tito Lívio, agora aparecido na *Revista de História*, em continuação ao nosso, é essencialmente o mesmo — *mutatis mutandis* — é claro, de outro dado a lume nas colunas de *A Gazeta*, no dia 4 de março de 1953, também na página 4. Com a diferença de que então se pretendia fazer-nos calar, mediante uma resposta encoberta e velada, e sobretudo com o *desprêzo* (a bom entendedor meia palavra basta) com que nos tratavam, ao lançar, sem a mínima consideração, nossa resposta à cesta de papéis inúteis, e logo com inqualificável abuso, replicar publicamente, sem que nos tenha sido permitido falar, ao mesmo que não se tinha tido a amabilidade de publicar, como que querendo dar-nos a entender que naquela “representação” não se permitiam diálogos: era apenas um monólogo, e a palavra era dêle, exclusivamente. Feriu-nos tamanha falta de delicadeza!

Aquela e esta são virtualmente a mesma, um pouco melhorada, a última, no aspecto científico, e nada mais. Da qualidade de ambas, não nos agrada antecipar opiniões, apenas queremos fazer constar que entendemos perfeitamente o que naquela se nos dizia, mas, como não se havia tido conosco, nem sequer a delicadeza de acusar o recebimento do original, que em mão própria lhe fôra entregue pelo diretor da sua Faculdade de São Bento, também nos consideramos eximidos de comunicar o inteirado. Não atacamos de surpresa e à traição, como se quis insinuar, e sim cavalheirescamente e com dignidade, qualidades nas quais, com grande surpresa da nossa parte, não fomos correspondidos. Continuamos a lamentar que nosso colega não tenha para conosco a delicadeza e o cavalheirismo, que tivemos para com êle, ao enviar-lhe, como é costume na Europa, nosso original. Em troca, êle enviou à *Revista de História*, agora, e antes à *A Gazeta*, sua réplica, sem ter a gentileza de enviar-nos, não o original, como nós o fizemos, mas ao menos uma simples cópia. Só tomamos conhecimento dela quando já publicada na *Revista*. Note-se que do mesmo se queixa o Professor da Universidade de Roma, Sr. Caracci (1).

Tanto a réplica aparecida em *A Gazeta* como a que se publica na *Revista*, pareceram-nos bastante incoerentes, sem unidade

(1). — *Revista de História*, n.º 15, pág. 139, nota.

e sem nexu, e sobretudo fora do tema. De tôdas as citações que faz de professôres espanhóis, por certo mal interpretados, nenhuma vem a talho de foice. Tôdas, uma após outra, estão “arrastadas pelos cabelos”. Nem ao menos o título nos parece mui acertado.

A única coisa que é preciso demonstrar é “se Anchieta foi português pelo nascimento”.

Segundo: “se as Canárias eram espanholas ou portuguesas quando êle vem ao mundo”.

Tudo o mais é literatura.

Se isto é unicamente o que é mister provar, aduzir o testemunho de Dom Júlio Cejador, que conta entre os dramaturgos espanhóis ao poeta português Gil Vicente, por sua *produção dramático-literária, em espanhol*, não pode ser mais extemporâneo (2).

Tão infelizes como a anterior, são as duas ou três citações que se seguem: a primeira, de Henrique D. Gandía, a segunda de Jônatas Serrano, e ambas sôbre o autor argentino Rómulo D. Carbia. Por que, perguntamos, que relação têm com nosso assunto as opiniões do mencionado autor sôbre tão intrincado problema, como é o do meridiano ou paralelo da demarcação entre espanhóis e portugueses? A propósito de que vem esta citação? . . . Ignoramô-lo, pois não vemos em parte alguma a ilação que possa existir entre meridianos e paralelos, elogios de Jônatas Serrano e os empirismos de Américo de Moura, fazendo retroceder a Linha de Tordesilhas até o Paraguai (3). Que isso se dissesse no século XVII, não nos causaria estranheza, mas no século XX! . . .

Ao que parece, para êste e para nosso ilustre colega, a linha de demarcação não era reta, e sim sinuosa. A Linha de Tordesilhas sinuosa! . . . Manes de Fernando, o Católico! . . .

De muito maior importância nos pareceu a *questão filosófica*, que parece querer insinuar-se através destas citações, de que tôdas as teses, boas ou más, certas ou erradas, podem igualmente defender-se a todo o transe. Se é que não lemos mal; ou muito nos enganamos, ou o que daí se deduz é que a História cada um a faz como lhe apraz; que tanto a verdade quanto a mentira são igualmente defensáveis, sempre que haja interêsses particulares ou nacionais que o exijam. Isto, e as doutrinas céptico-relativistas de sofistas como Protágoras e Górgias, lá no mundo helênico, são a mesma coisa. Sim, como aquêles que diziam que “tôda verdade pode defender-se ou impugnar-se, contanto que se conte com armas suficientes — isto é — com tôda espécie de falácias retórico-dialéticas” (4), logo não há verdade intrínseca, e portanto a História não é nada mais senão um mito.

Creemos, sinceramente, que antes de escrever certas coisas, dever-se-ia pensar um pouco nas suas possíveis derivações lógicas!

(2). — *Ibid.* Tito Lívio, págs. 153-154.

(3). — *Ibid.*, pág. 154-155.

(4). — Dominguez, *História de la Filosofia*, pág. 34.

Mas, e a mistura que se faz de Calderón e Unamuno, de sonhos, com tratados, de Ortega y Gasset com São Francisco Xavier? . . . (pág. 155). E' o maior monumento à incoerência que temos visto e lido!

Mas o melhor vem agora. Dizíamos em nosso artigo anterior que ninguém se havia atrevido a dizer que o ínclito navarrês São Francisco Xavier era português. Temos que retificar e confessar, *humildemente*, neste artigo, que nos equivocamos. Sim, senhores leitores! Existe quem, por meio de quiromâncias dialéticas, que nos deixaram boquiabertos, sôbre se “a História é o homem e sua circunstância” (5), baralhou no mesmo plano de igualdade, quanto ao *nascimento e pátria*, a Xavier, Anchieta e Nóbrega, parecendo querer dar a entender que o berço e terra onde se nasce não dão a nacionalidade, como afirma o Direito e o senso comum, mas sim aquela outra onde se alcança fama, glória, riqueza ou santidade. Sendo assim, nem Colombo foi genovês, nem Magalhães lusitano; e então, também, noventa e nove por cento dos pobres mortais, somos todos *apátridas* sem remédio! . . . Quanto disparate! . . .

III

Propositadamente deixamos para o fim falar de Sílvio Romero (6), personagem que, para nosso esclarecido contendor, parece ser a pedra angular, o argumento decisivo, o “non plus ultra” da

(5). — Tito Lívio, *ibid.*, pág. 158.

(6). — Depois de redigida esta réplica, recebemos de um esclarecido e notável historiador o verbete que a seguir transcrevemos, sentindo não termos podido utilizá-lo por nos ter chegado tão tarde. Não obstante, agradecemos de todo coração ao nosso amigo, o gesto de verdadeiro colega e companheiro, que teve para conosco ao não-lo enviar, para orientar-nos em nossa resposta, pois, como Professor estrangeiro que somos, e com tão pouco tempo de residência no Brasil, supôs, com razão, que não estaríamos informado dos costumes peculiares dêste culto país, nesta espécie de discussão. Ainda que, como dissemos, não tenhamos podido utilizá-lo, suas boas intenções ficaram bem manifestas. Por tudo isso, nosso caro amigo, apresentamos-lhe os nossos agradecimentos.

De igual maneira receberemos, de braços abertos, qualquer outra observação que se nos faça sôbre o tema, por qualquer dos nossos colegas de Professorado, certos de que serão recebidas cordialmente; bem assim, estamos, e sempre o estivemos, dispostos a retificar, corrigir ou emendar qualquer êrro em que, como é natural e humano, possamos incidir. Outrossim, saibam todos que não só corrigiremos, emendaremos e retificaremos *pública e paladinamente*, mais ainda, *agradeceremos vivamente* a quem o fizer, pelo favor inapreciável que nos faz ao tirar-nos de um êrro, e ensinar-nos algo que desconhecíamos, ou simplesmente tínhamos aprendido mal. Muito mais cavalheiresco é, sempre, reconhecer um engano, que esforçar-nos inutilmente por defendê-lo.

Diz o seguinte o nosso ilustre amigo: “*Sílvio Romero*. — E' sempre com grande admiração que evocamos a figura dêsse gigante do pensamento brasileiro, que se chamou Sílvio Romero. Considerámo-lo sempre, tanto pela solidez e poliformia da sua grande cultura quanto pela sua elegância e destreza como escritor, como uma das mais brilhantes mentalidades que já produziu a América em geral. Foi a sua magnífica *História da Literatura Brasileira* que nos guiou no conhecimento da literatura brasileira até fins do século passado. A sua crítica justa e as suas acertadas observações muito nos serviram como base de orientação, tanto na escolha dos autores como na seleção dos temas. E do convívio constante com a sua obra máxima, nasceu em nós o desejo de conhecer uma boa parte da grande produção do mestre sergipano.

Confessamos com prazer que a leitura de diversos dos seus esplêndidos trabalhos elevou a grande admiração que já sentíamos por tão completo escritor. Assim, pois, sentimo-nos à vontade ao falar do grande mestre a quem devemos horas inesquecíveis.

Ciência e da História. Que seus manes nos perdoem (nisto sentimos diferir algum tanto do nosso caro amigo), se remexemos suas cinzas, e se, apesar do adágio latino: — de *mortuis nihil, nisi be-*

Porém o nosso elevado sentimento por Sílvio Romero não nos leva ao perigoso extremo de aceitar, como artigo de fé, tudo quanto êle escreveu. E temos que reconhecer que, como todos os grandes escritores, desde Platão a Victor Hugo, cometeu os seus erros e contradições. E foi atacado na época, principalmente por seus conterrâneos como Lafayette, Freitas, Bandeira de Mello, Bonfim e outros. Tanto assim que, para defender-se de alguns ataques, escreveu aquella jóia da polémica que se intitula *As minhas contradições*.

Analisando hoje, serenamente, as críticas feitas na época à obra de Sílvio Romero, enorme, tanto em quantidade como em qualidade, conclui-se que estas somente serviram para ressaltar os méritos e virtudes do seu proficuo labor de escritor, nada desmerecendo o seu grande prestígio os ligeiros erros ou contradições que porventura tenha cometido.

Efetivamente, mesmo que de uma forma um tanto episódica, Sílvio Romero, na sua *História da Literatura Brasileira*, atribui a nacionalidade portuguesa a Anchieta. Mas quem ler serenamente o tópico em que a isso se refere o mestre, verá logo que mais que uma afirmativa, parece um desejo próprio de que assim fosse, que pulou solerte e inadvertidamente da pena do grande escritor. Queria fazê-lo figurar entre os escritores portugueses dos primeiros tempos coloniais, bem escassos por certo, principalmente entre aquêles que para aqui vieram moços e que, segundo o mestre, transformados ao meio americano, “viveram dêle e para êle”. Assim, pois praticou aquêle grande escritor o êrro de considerar, ainda que de uma forma muito ligeira, Anchieta como português. E’ um desses lapsos que comete todo escritor.

E é precisamente dêsse lapso de Sílvio Romero que o Dr. Tito Lívio Ferreira quer tirar partido para, apoiando-se na indiscutível autoridade do mestre, não somente emparar a sua tão precária interpretação histórica de que Anchieta é português, como fazer supor que o notável escritor sergipano sustentou tal opinião.

Esta attitude faria deduzir que as opiniões exaradas por Sílvio Romero, são aceitas e acatadas pelo Dr. Tito Lívio Ferreira, como indiscutíveis. Porém não é assim, não. A realidade é bem outra. Aceita, ampara-se, protege-se com a opinião do mestre, somente quando assim convém aos seus pontos de vista. Quando os contradiz, não dá a menor importância ao que êle tenha dito. E vamos prová-lo.

Na página 120 da *História da Literatura Brasileira*, diz Sílvio Romero, referindo-se a Anchieta: “Pouco tempo depois foi enviado por Nóbrega para a Capitania de São Vicente, onde fundou o célebre Colégio de Piratininga”. Ora, caracterizando-se o Dr. Tito Lívio pelo ferrenho combate que move à versão histórica de ter sido Anchieta o fundador de São Paulo, vê-se claramente que somente aceita e acata a opinião do grande escritor quando lhe interessa, pois que não toma em consideração a sua afirmativa de ter sido Anchieta quem fundou São Paulo. E’ tão certo que Sílvio Romero nunca se interessou em estudar a verdadeira nacionalidade de Anchieta, nem mesmo a sua vida, que nem conhecia o ano certo do seu nascimento. Na pág. 119 da obra já muitas vêzes citada, diz: “Anchieta nasceu na ilha de Tenerife em 1533”, êrro que, aliás, era comum na época.

Quem conheça bem a orientação seguida por Sílvio Romero na elaboração dos seus trabalhos, o que não é difícil a quem tenha o hábito de ler seus livros, logo compreenderá que o mestre nunca se preocupou em estudar Anchieta, nem a sua obra, vida ou nacionalidade. Era homem para escrever todo um livro, cheio sempre de magníficos ensinamentos, para rebater ou afirmar um ponto de vista. Haja visto os casos em que para contestar, o que sempre fazia com minuciosidade e acúmulo de provas, os livros *A Pátria Portuguesa* de Teófilo Braga e *América Latina* de Manuel de Bonfim — outro grande escritor sergipano — escreveu Sílvio Romero dois magníficos livros, de igual tamanho dos que estava contestando. Nesses livros, com argumentos contundentes, filhos da sua grande cultura, o apaixonado crítico, historiador, sociólogo, poeta, filósofo, jurista, ensaísta, pois todos êsses e alguns mais títulos merece, pulverizou as principais passagens das obras comentadas.

E’ dizê-se que Sílvio Romero, ao considerar a Anchieta português o tivesse feito baseando-se “por certo nas discussões que se seguiram na Espanha após o Tratado de Toledo feito em 1480”, como assegurou num artigo de *A Gazeta*, o Dr. Tito Lívio, é uma heresia à memória do historiador sergipano, que tanto nas suas obras *A Pátria Portuguesa* e *A América Latina*, a que antes nos referimos, como em diversos outros trabalhos históricos, demonstrou sempre conhecer profundamente a história universal e muito particularmente a dos povos ibéricos. Assim, pois, querer acolher-se à sombra de um ligeiro lapso de Sílvio Romero, para afirmar a infundada teoria de que Anchieta é português, não é justo nem razoável, e mesmo não é direito”.

ne vamos mencioná-lo aqui, e não precisamente para erigir-lhe uma estátua. Somos inocentes; outro é o responsável de trazê-lo à baila, e do que possamos dizer dêle, não muito agradável aos seus ouvidos (7).

Há certas afirmações que saltam aos olhos de qualquer pessoa medianamente documentada em Diplomática e Metodologia Histórica, ainda que nunca as tenham visto ou lido antes. Foi o que nos sucedeu, quando lemos que Sílvio Romero, há meio século, aventara a nacionalidade portugüesa do Padre Anchieta. Quem quer que haja saudado, mesmo de passagem, alguma das matérias anteriores, saberá que o fato de citar um autor problemas ou questões, que só estiveram em tela muito tempo depois da sua morte, é suficiente para declará-lo apócrifo. Atribuir a Sílvio Romero, há meio século, uma questão que somente foi suscitada há pouco tempo, tornou-se-nos excessivamente suspeito, a ponto que decidimos compulsar a citação pessoalmente, para vermos se era certa ou não; disso resultou o que não podia deixar de suceder: que estava mal interpretada.

Vamos transcrever literalmente as frases de Sílvio Romero, para que os ilustres leitores da *Revista de História* julguem e decidam, por si mesmos, se é certo ou não o nosso juízo anterior. As réplicas em questão atribuem a Sílvio Romero a frase de que "Anchieta é geralmente considerado um portugüês", com a qual pretende-se provar o que a frase diz literalmente, isto é, que Anchieta é portugüês *pelo nascimento*, e seu autor não se dá conta de que essa frase, dentro do período em que se encontra, e pelo contexto do que vem falando, não diz isso, nem muito menos, senão outra coisa muito diferente. Quer dizer, e diz simplesmente, que Anchieta foi considerado "*um estrangeiro*" para a Literatura Brasileira, e chamou-lhe portugüês, porque nesta língua escreveu o melhor da sua obra, assim como poderia tê-lo chamado espanhol ou tupi, por idêntico motivo.

Assim diz Sílvio Romero: "O mais antigo vulto de nossa história intelectual é o *Padre José de Anchieta*". (Nem sequer põe o nome em portugüês, senão em espanhol). "A crítica mesquinha. — continua Sílvio Romero — que tem presidido à organização de nossas crônicas literárias o tem excluído de seu quadro. Anchieta é geralmente considerado um portugüês, *um estrangeiro*, de certa influência religiosa, e nada mais" (8). Ou seja: o que o Sr. Sílvio Romero diz é que a crítica mesquinha tem considerado a Anchieta como "*um estrangeiro*" na Literatura Brasileira; ou, em

(7). — Agradecemos a citação que de Sílvio Romero se faz, como, segundo cremos, os leitores também a agradecerão, pois, devido a ela, nos vimos obrigados a estudá-lo com mais detença. Sempre pensamos que estas discussões eram sumamente proveitosas, tanto pela infinidade de coisas que com elas se aprendem, quanto pelos estudos e pela compulsão de autores, a que dão lugar. Mesmo que fôsse apenas por isto, deveriam realizar-se tais debates, como já a Escolástica e a Idade Média nos ensinaram. Por que razão cairam em desuso, sendo tão úteis para a Ciência?

(8). — *História da Literatura Brasileira*, vol. II, pág. 16.

outras palavras, um estranho, que escreveu em português, e pela sua produção literária nesta língua, dá-lhe êsse apelativo, exatamente como D. Júlio Cejador chama a Gil Vicente "*dramático espanhol*" por seus dramas neste idioma.

Diz muito bem o Sr. Tito Lívio que Sílvio Romero não esclarece-se é português pelo nascimento, ou pela cultura. Não precisa fazê-lo: está bem claro que não o é por nenhuma das duas coisas, senão, e tão somente, pela sua produção literária em português. Sentimos muito, portanto, ter de afirmar que (vamos tomar a réplica do Sr. Tito Lívio pela passiva): "Anchieta não é considerado um português nem pelo nascimento, nem pela cultura e tampouco por nenhuma das duas coisas" (pág. 156). Pois se é certo que esteve quatro anos em Coimbra estudando, esteve catorze nos centros culturais espanhóis das Canárias, onde, entre outras coisas, aprendeu o *idioma espanhol*, no qual escreveria, anos depois, algumas das suas obras lítero-catequéticas, assim como redigiu outras em português, latim e tupi, como também nos diz Sílvio Romero: "Anchieta escreveu nas quatro línguas: portuguesa, espanhola, tupi e latina" (9).

Não pretendemos impor a ninguém nossa opinião, senão demonstrar que nossa interpretação é correta; por isso, sigamos compulsando o que Sílvio Romero diz linhas adiante, quando pretende dar-nos os dados biográficos do egrégio Padre Anchieta; entre êles, claro está, o do seu nascimento: "Anchieta nasceu na ilha de Tenerife no ano de 1533; *seu pai era espanhol*, sua mãe uma indígena canarina (10). Em parte alguma aparece menção sequer de sua nacionalidade portuguesa; em troca, disse, e muito, acêrca da espanhola. Ao afirmar-nos que nasceu em Tenerife, que é e sempre foi uma ilha espanhola, não necessita acrescentar nem uma palavra mais de esclarecimento, pois com isso está dito tudo. Um senhor nascido na ilha de Fernando de Noronha é tão brasileiro como o nascido no Rio, e ninguém precisa de esclarecimentos sôbre se o é pela cultura, pelo nascimento, ou se por ambas as coisas.

Mas, aprofundemos um pouco mais, porque os conhecimentos de Sílvio Romero sôbre esta matéria não eram precisamente invejáveis, nem seu forte eram questões de posse, por uma ou outra nação, de arquipélago tão remoto como as Canárias.

Que era, na realidade, o pensamento de Sílvio Romero, acêrca da nacionalidade de nosso egrégio comentado, o Padre Anchieta? Pois... a ignorância, ou, no melhor dos casos, a dúvida. Incluíamo-nos para a primeira hipótese, mas concedemos a segunda.

Sílvio Romero não sabe qual é a nacionalidade do Padre Anchieta, ou melhor, duvidava quanto a ser êle português ou espanhol, e por isso diz: (Anchieta)... "filho de uma descendente dessas raças cruzadas das Canárias, aquêle insular, não tendo o

(9). — *Ibid.*, pág. 19.

(10). — *Ibid.*, pág. 17.

orgulho nativo do português ou do espanhol de sangue puro, era naturalmente levado a simpatizar com as gentes selvagens, com os pobres fetichistas negros e índios em quem a vaidade européia não podia habituar-se a ver entes humanos” (11).

Para que se perceba, com meridiana claridade, que nosso autor comentado, Sílvio Romero não sabia para que lado inclinar-se, reparemos em como, através de tôda a biografia que do Padre Anchieta nos dá, sempre que menciona um dado português sôbre sua nacionalidade, ou que tal se possa interpretar, coloca-lhe imediatamente ao lado outro espanhol, ou vice-versa: “Bafejado além disso, desde a mais tenra infância, pelo sôpro popular da poesia anônima, *que nas ilhas Canárias e nos Açores*, em seu tempo medrava fortemente”. . . (12). Ou considerava os Açores e as Canárias como possessão da mesma nação, ignorância tão supina que nele não cremos, ou, do contrário, é forçoso admitir nossa anterior interpretação!

De tudo o que anteriormente ficou dito se deduz que Sílvio Romero, em parte alguma da sua obra jamais afirma seja Anchieta de nacionalidade portuguesa. Esta sua dúvida, porém, não é senão efeito de uma causa anterior. O motivo desta ambigüidade na expressão de Sílvio Romero não é outro senão o seu desconhecimento acêrca da posse das Ilhas Canárias, se eram espanholas ou portuguesas.

O êrro maior, que notamos, não está precisamente no que Sílvio Romero diga ou não diga, é sim em ir beber a tais fontes; assim, a ninguém podem causar estranheza os resultados que daí derivam. A História, como diz muito bem o Dr. Tito Lívio, copiando-o de Fustel de Coulanges (13), “escreve-se hoje em dia, e por sorte para todos, com *documentos*, não com notícias de literatos, poetas e demais personagens, que se, como no caso presente, “escreviam o que sabiam”, “não sabiam jamais o que escreviam”.

*

Sôbre Sílvio Romero, isto é apenas o comêço. O que vem a seguir é verdadeiramente de . . . “estorrecer”. Autor mais a propósito não se pode citar. Se para todo o anterior escassa explicação se pode achar, o que a seguir vão ver nossos leitores não concebemos como possa ter sido escrito por alguém, e menos por um autor brasileiro.

Diz o Sr. Tito Lívio: “Enquanto vivo o ardoroso e combativo polemista sergipano, ninguém ousou opor-lhe embargos à as-

(11). — *Ibid.*, pág. 24.

(12). — *Ibid.*, pág. 24.

(13). — Dr. Tito Lívio, *A Gazeta* de 4-III-1953.

sertiva, porque lhe temiam os impulsos da linguagem violenta e vergastante. E daí não ter sido contestado nem depois de morto” (14). Que bárbaro!... Nem Nero!... Jamais tivemos notícia de personagem semelhante! Sílvio Romero devia ser, para os cientistas brasileiros, algo assim como Viriato para os romanos! (15).

Efetivamente, até depois de morto tem, não quem lhe censure os erros, senão quem os copia e aumenta.

Todavia, vejamos como não era o leão tão feroz quanto o pintam, nem todos os cientistas brasileiros passavam mansamente pelas “forcas caudinas”, que Sílvio Romero pretendia fazê-los atravessar, nem eram mansos bois de arado, e sim touros de arena, e dos bravos! E isto sim, dizêmo-lo com verdadeira “gana”, no sentido total e espanhol da palavra, não como em nosso artigo anterior nos assacaram; embora seja só para velar pela honra dos cientistas brasileiros, tão injustamente caluniados.

Todos os cientistas brasileiros se calaram e assentiram a tudo quanto o terrível e “vergastante” Sílvio Romero se lembrou de proferir? Isto não é certo, e parece-nos impossível que um brasileiro pense pior dos da sua nação do que um espanhol como nós. E já que um brasileiro os denigre, seja um espanhol quem ponha as coisas no lugar certo, e diga algo em prol da verdade e dos ditos intellectuais.

Quem disse ao nosso ilustre Replicador que ninguém se atreveu a replicar a Sílvio Romero, nem depois de morto? Vivo, e bem vivo, houve já quem se encarregasse de pô-lo fora de combate em vários terrenos: literário, filosófico, etc., etc.

Se a memória não nos trai, cremos haver lido, faz algum tempo, uma obra intitulada *Vindiciae*, cujo autor, segundo nosso fichário particular, é *Lafayette Rodrigues Pereira*, mais conhecido pelo pseudônimo de *Labierno*; obra editada há uns quinze anos, no Rio de Janeiro, pela Livraria José Olímpio; nela, o referido “Labierno” oferecia tudo, menos incenso, a tão altanado senhor; nem era precisamente medo o que lhe inspiravam os possíveis raios vomitados pela bôca do Júpiter de imitação, o tão tétrico e terrível Sílvio Romero. O título já é, por si mesmo, um poema: “Vindiciae, Vindicta, vingança”, em todos os idiomas tem o mesmo significado. Essa sim, que foi escrita com “ganas”, e não a nossa! Com ganas de... pulverizá-lo, de aniquilá-lo! Nós nos contenta-

(14). — *Idem*, em *Revista de História*, n.º 15, pág. 153.

(15). — E' certo que as frases e a maneira de discutir de Sílvio Romero não eram precisamente de Antologia, senão, e isto é triste, indignas de um Professor, das quais nenhum motivo o pode desculpar (veja-se sua obra *Minhas Contradições*); mas também não é menos certo que houve intellectuais que, mesmo arrostando suas iras e desatinos, se encarregaram, uns com razão científica, outros sem ela, de pugnar pelos foros da Ciência, como veremos a seguir.

Nosso amigo, antes citado, tem razão quando o louva como literato, e polígrafo fecundíssimo, e a nós não nos falta, quando o desqualificamos como polemista. Ambas as coisas são independentes.

mos com infinitamente menos, e, sobretudo, somos muito mais comedidos em nossas expressões.

Temos lido polêmicas violentas, mas nenhuma tão violenta, nem em tons tão deprimentes, como a mencionada. Nela tudo está permitido, o profissional, o científico... o pessoal. Terrível! Não parece senão que nela encontrou o sergipano a "verdadeira forma do seu sapato", como diz um adágio castelhano. Ponto por ponto, afirmação por afirmação, vai Labieno pulverizando tôdas as tolices que o sergipano havia escrito em duas das suas obras (16). E' verdade que a contestação de Labieno não tinha o intuito de provar a nacionalidade espanhola de Anchieta, o que seria evidentemente um anacronismo, mas tratava de Machado de Assis e da Filosofia do Direito; não obstante, consideramos de plena e total oportunidade citá-la, porque demonstra, de maneira positiva, exatamente o contrário do que se afirma nas duas réplicas, a que appareceu na *A Gazeta* e a redigida para a *Revista de História*; e, sobretudo, que os intelectuaes brasileiros tiveram a hombridade, a dignidade e o valor de se oporem ao malcriado de Sílvio Romero, o qual, nessa ocasião, não esteve à altura que lhe competia, por haver descido a terrenos inteiramente vedados a todos os que se prezam de cultores da Ciência.

Sôbre a nacionalidade de Anchieta ninguém protestou, porque com ela ninguém se preocupava, que saibamos, naquela época, além de que, se havemos de dizer a verdade, essa foi uma das poucas ocasiões em que Sílvio Romero esteve certo, pois efetivamente nada diz dela, como já demonstramos. E' melhor duvidar do que espalhar um êrro!

Tôda a obra *Vindiciae*, cuja leitura recomendamos, poderia ser resumida em duas frases apenas: Sílvio Romero, que para nosso colega tem o predicado de falar "ex-cátedra", é para Labieno como crítico, uma desgraça; como filósofo, uma calamidade; como historiador...

Pobre Sílvio Romero! Ninguém se meteu com êle!... Se alguém chegasse a meter-se!

IV

Mas, o que chega ao *summum* da argumentação, são as duas frases que nosso illustre colega nos espeta, uma — *ex proprio poenu* — outra do Padre Maurício, português. São tão excelentes que não podem ser deixadas em silêncio. Vejamos. Nelas, como não podia deixar de ser, teve o Sr. Tito Lívio que colocar seu grãozi-

(16). — Não citamos nenhum exemplo, porque consideramos tal maneira de discutir totalmente indigna de Professôres, que prezam sua personalidade e categoria. Para tais modos de discutir, a lousa do silêncio e do olvido, é a melhor resposta. Sílvio Romero, naquela polêmica, assim como em *Minhas Contradições*, pareceu-nos muito inferior à categoria científica, que lhe atribuíamos, e que demonstra em outras obras.

nho de *fobia anti-espanhola*, exatamente como quando fala de São Francisco Xavier, ou em quase todos os artigos de sua autoria que conhecemos. Em nenhum dêles se esquece da alfinetada para ferir, umas vêzes a Castela, outras a seus Reis, e sempre a Espanha. Ocasião que se lhe apresente é ocasião aproveitada — *oportuna et importuna*. Assim, a citação da pág. 156, tomada do Padre Domingos Maurício, jesuíta português: “Não se trata de explorar, sob estímulo dum nacionalismo descabido, a oportunidade dêste centenário (de São Francisco Xavier) *para envolver qualquer país obscuro* na capa magna das refulgências do apóstolo...”

Para nosso interlocutor a Espanha é “*um qualquer país obscuro*”. Realmente, obscuro e desconhecido em todo o mundo; tão desconhecido e obscuro, que “*em seus domínios não se punha o sol*”. Tão desconhecido e obscuro, que criou e deu vida a um império material e espiritual superior ao de César, Alexandre e Napoleão. Tão obscuro e desconhecido, que dos cinco continentes em que habita a Humanidade, êle sòzinho deu vida, religião, cultura e civilização a quase dois. Total, nada! Isso qualquer um faz, não é? Enfim, é possível que a Espanha seja desconhecida a muita gente, entre êles ao nosso Professor de História. Se assim é, pode informar-se e perguntar sôbre ela a Anibal e Cipião, a César e Constantino, a visigodos e muçulmanos, a turcos e protestantes, a americanos do sul e americanos do norte, a filipinos e africanos, a inglêses e franceses, portuguezes e italianos, alemães e suecos; talvez, entre todos êles, haja quem lhe possa dar notícia de país tão ignoto, como a Espanha; talvez lhe possam dizer algo de Numância ou Sagunto, de Covadonga e Las Navas; de Lepanto e Mulberg; de Pavia ou Bailém, Zaragoza ou São Marcial, Cerignola ou Garelano. Também algum dêles, cremos, poderá informá-lo sôbre Cortez ou Pizarro, Colombo ou Isabel, a Católica, Otumba ou Chatanooga; daí que, se os americanos do norte conseguiram sua independência, foi precisamente devido aos auxílios que lhe prestou “*um qualquer país obscuro*” que se chamava Espanha. Finalmente, se quer algum dado que lhe permita fixar a posição de tal país, no mapa, pergunte aos seus compatriotas de Salvador, que talvez possam dizer-lhe alguma coisa de Dom Fadrique de Toledo e do seu exército, que libertou de mãos protestantes e holandesas aquele florão brasileiro da Bahia.

Talvez, entre todos êles, possam contar-lhe que êsse *país obscuro* chama-se Espanha, e tem uma História de tão grande transcendência mundial, de tal relevância ecumênica, que não necessita para nada somar-se às “*refulgências*” de *nenhum santo*, de sábio algum, nem de ninguém, porque de todos êles tem tantos, e em tal abundância e quantidade, como as estrêlas que ornaram o firmamento ou as areias banhadas pelo mar.

A segunda frase do nosso ilustre colega não desmerece em nada a anterior. Mau é tomar como fonte histórica a Sílvio Romero; basear-se, porém, numa Enciclopédia, é infinitamente pior.

Esta frase, nós a tomamos de *A Gazeta*, onde apareceu no dia 4-III-1953, pois na *Revista de História* não tivemos a dita de lê-la, pela singela razão de que a omitiu. Razões teria para isso.

Porque o grande, o curioso desta frase, é que não vem a propósito para nada. Nada prova, nada demonstra daquilo a que estava obrigado, e que devia provar. Ninguém lha pede e, como é natural, ninguém lha agradece. E' um bocado "extra" que nos presenteia, na sua simpatia pela Espanha do século XV. O que nos causa espanto é que não lhe haja ocorrido escrevê-la atrás da "cortina de ferro", onde o amor à Espanha, tanto a do século XV como a do século XX, corre parselhas com o que o nosso interlocutor sente também por ambas. Com tôda a certeza lha teriam premiado, pelo menos com a medalha de Lenine; mas vejamos que falta de siso, escrevê-la no Brasil, onde a cultura espanhola e sua ação de mãe e colonizadora de povos é conhecida de grandes e pequenos!

Reza assim a frasezinha em questão: "E quando os espanhóis lá entraram definitivamente, *exterminaram todos os guanches*"; — até aqui pode tê-la tomado de Fustel de Coulanges; mas ao Sr. Tito Lívio isto parece muito pouco: é preciso carregar mais nas tintas — "exterminaram todos guanches" — isso não diz nada, é mister dar mais colorido à expressão, e lá vai (isto já da sua lava): "*de forma a não deixar indígena vivo*". Sim senhor, nem um para contar a história! Nem um sequer? . . . Nem um! As boas obras querem-se completas e acabadas! E a mãe de Anchieta? . . . Não diz nosso ilustre Professor, duas linhas antes, que "a mãe dêle era guanche, isto é, nativa das Canárias"? A essa, naturalmente, não a mataram. . . ou então, qual outra Ave Fenix, ressucitou das suas cinzas? . . . Não, isso não! Reproduziu-se por geração espontânea, como os cogumelos!

Fêz muito bem em suprimir isto para a *Revista de História*!

V

Advertimos modestamente ao nosso interlocutor, a propósito da frase final da sua réplica, publicada, como já dissemos, em *A Gazeta* de 4-III-1953, que nem por um momento, nem com uma só palavra, temos descido da altura e elevação de conceitos, com que êstes assuntos devem ser tratados; portanto, está completamente fora de lugar a frase: "Os textos. . . não podem ser rejeitados *in limini*, — para não resvalar ao argumento — *ad hominem*".

Isto pode ter dois sentidos: ou o filosófico, ou o vulgar.

Quando há vários anos estudávamos filosofia, nos debates que periodicamente realizávamos, entre um defensor de Tese e dois objetores, ensinaram-nos que o argumento *ad hominem* consistia em negar a premissa maior da proposição, ou silogismo do

contrário; isto equivalia a negar totalmente sua posição na discussão, e só acontecia, é claro, quando o contrário era um perfeito indocumentado na matéria; coisa que acarretava, como seqüela trágica para o infeliz, a reprovação no exame mais próximo. Daqui se derivou, e já desde os tempos da Escolástica, que o argumento referido se interpretasse como o insulto mais grave que se pode fazer a um filósofo: o de ignorante.

O sentido vulgar, um tanto diferente, e que parece ser o que nos adjudica, é, quando no debate científico, se passa ao terreno pessoal, insultando o opositor, a quem se pretende derrotar pela “razão da força”, já que não se pode vencê-lo pela “força da razão”. Neste sentido ou acepção foi muito utilizado por vários heresiarcas e pseudo-filósofos, como nos ensinam a História da Igreja e da Filosofia (17).

Nosso colega pode escolher a acepção que mais lhe agrade; mas, qualquer que seja a sua escolha, saiba que em ambas está totalmente fora de lugar. Ele fez umas afirmações que, documentadamente, provamos falsas; logo, não “rejeitamos *in limini*” a sua posição, embora para isso não nos faltassem razões. Democrática e cientificamente fomos analisando uma por uma, exatamente na previsão de que tal coisa nos pudesse ser assacada.

Quanto ao segundo sentido, ninguém poderá dizer que, por nossa parte, nos tenhamos referido, uma vez sequer, à sua pessoa, para nós respeitabilíssima (pois nisto nos respeitamos a nós mesmos, e impomos respeito aos demais), e à qual sempre temos tratado com a máxima deferência e dignidade. Suplicamos-lhe, pois, que não tergiverse os conceitos. Uma coisa é “Ciência” e outra, mui diferente, é *pessoa*; e a ambas temos sabido distinguir perfeitamente.

VI

Agora, só nos resta fazer duas perguntas ao nosso interlocutor, suplicando-lhe que não nos dê a resposta: por que afirma, no seu artigo, que o Padre Anchieta nasceu em 1534, quando Silvío Romero diz textualmente que foi em 1533? . . . Evidentemente, ao lado de erros de um século, enganar-se num ano é — *peccata minuta* — que a nada conduz; e bem poderia ter sido erro de impressão. Preferimos interpretá-lo neste sentido.

Segunda e última. Cremos que todos os ilustres leitores desta grande *Revista de História* conhecem a marcada atitude *pro-Nóbrega* do Sr. Tito Lívio, a fim de atribuir a fundação de São Paulo de Piratininga a este, e não ao Padre Anchieta. Na imprensa diária, em revistas, em todo órgão de publicidade que passa sob sua pena dinâmica, tem movido céus e terra para ressarcir

(17). — Exemplo típico de *argumentum ad hominem* pode ver-se em Rothenflue: *Institutiones Philosophiæ Theoreticæ. Metaphisica Specialis*. Psicologia, volume II, pág. 110.

ao *suplantado e olvidado* Padre Nóbrega das honras que lhe eram devidas, segundo êle, pela fundação do maior centro urbano, industrial e cultural da América do Sul, São Paulo de Piratininga, e das quais tinha sido privado, injustamente, pelo insignificante Padre Anchieta.

Como era possível, pois, que tal alusão ao Padre Nóbrega e à sua fundação de São Paulo, faltasse nesta ocasião? Impossível! E aí a têm nossos leitores, citada várias vèzes até na própria primeira página da réplica que estamos comentando, onde nos fala enfaticamente “da Metrópole Nobreguense” (18).

Com ardor de verdadeiro cruzado e constância teimosa de cartuxo, encarrega-se de recordar-nos, a cada instante, o incenso que em todo tempo e lugar devemos tributar-lhe, para suprir condignamente o esquecimento, em que miseravelmente tem jazido durante séculos, ofuscado pela glória de seu secretário, o Padre Anchieta. Assim, e em tom lamentoso, diz com Capistrano de Abreu: “Oh!... “o inesquecível e tão ingratamente esquecido Padre Manoel da Nóbrega” (19).

Bem; mas a alusão a Nóbrega nesta oportunidade, vamos nós também fazê-la, e não cremos que lhe agrade muito, porque não vamos juntar-nos à sua comitiva no reconhecimento, como obra sua, da fundação de São Paulo; e porque a fatalidade fêz com que tenhamos de unir na mesma condenação os dois personagens mais queridos ao nosso interlocutor: Nóbrega e Sílvio Romero, para desfazer, com êles mesmos, tôdas as suas teorias acêrca de ambos.

Cremos que todos os ilustres leitores desta grande *Revista* conhecem, melhor do que nós, as obras de Sílvio Romero, mas talvez não hajam reparado, também, no trecho que a seguir transcrevemos: “Pouco tempo depois foi enviado por Nóbrega (o Padre Anchieta) para a Capitania de São Vicente, onde fundou o célebre Colégio de Piratininga” (20). Ou sim, ou não. Em que ficamos?... Sílvio Romero *está sempre bem informado*” (21). Sim, ou não? Se é sim, por que não o segue nosso ilustre articulista? Se não, por que quer que nós o sigamos?... A História, como qualquer outra Ciência, exige coerência com a nossa posição científica.

Permita-nos, portanto, nosso esclarecido colega, que a frase final da sua encoberta réplica, publicada em *A Gazeta* de 4-III-53, lha devolvamos, e, como dizem os filósofos, “retorquendo” seu argumento, digamos-lhe com suas mesmas palavras: “Aí está... a palavra sempre bem informada de Sílvio Romero”... Por que não a segue? Por que, se êle diz que Anchieta nasce em 1533, nosso colega lhe emenda a mão e põe por sua conta 1534? Sobretudo, se Sílvio Romero diz, textualmente, que o fundador de São Paulo de

(18). — T. L. Ferreira: “Anchieta e as Canárias”, na *Revista de História*, n.º 15, pág. 153.

(19). — *Ibid.*, pág. 157.

(20). — Sílvio Romero, *op. cit.*, pág. 18.

(21). — Tito Lívio, “Sôbre as ilhas das Canárias”, em *A Gazeta* de 4-III-1953.

Piratininga foi o Padre José de Anchieta, por que se empenha nosso colega, com teimosia indomável, em fazer-nos admitir que o foi o Padre Nóbrega?...

VII

CONCLUSÕES.

Depois da apresentação e defesa de tese, feitas pelo Dr. Tito Lívio Ferreira nas colunas de *A Gazeta* de 2-II-1953; da nossa resposta, aparecida na *Revista de História*, número 15, pág. 145-152, correspondente ao trimestre de julho a setembro p. p., das suas duas réplicas, publicadas, uma em *A Gazeta* de 4-III-1953, e outra na *Revista de História*, número acima indicado, e páginas depois da nossa; e, finalmente, desta nossa tréplica, ficou *totalmente provada* a verdade histórica da nossa objeção, ou seja, que a *nacionalidade do Bemaventurado Padre José de Anchieta é a espanhola*, e não a portuguesa, como se afirmava, gratuitamente, nos referidos artigos; assim também, e servindo de fundamento à anterior, a posse das Ilhas Canárias pela Espanha, de modo concreto, na data em que ele vem ao mundo, 1534.

Contra estas objeções e suas provas, nosso ilustre colega, a quem apreciamos deveras no aspecto profissional, como dinâmico e perfeito escritor e Professor (pois não temos a honra de conhecê-lo pessoalmente, e a quem uma e mil vezes apresentamos os protestos mais sinceros de nosso cordial aprêço), não rebateu nem uma sequer das nossas objeções, feitas em nossa primeira resposta, permanecendo, pois, de pé tôdas elas, e em vigor.

Nossa crítica, pois, não foi meramente demolidora e derrotista; é certo que demolimos, pedra por pedra, o edifício histórico-científico de nosso ilustre adversário; mas também não é menos certo que, antes de cair o último dos seus alicerces, já tínhamos erguido, por nossa parte, outro que, até que se demonstre o contrário, e segundo a documentação atual, é e será válido e correto.

*

Só nos resta exprimir o mais vivo agradecimento ao Dr. E. Simões de Paula, diretor e proprietário da *Revista de História*, em nome da verdade e da História, de Portugal, Espanha e Brasil, por havê-la cedido gentilmente, para servir de arena científica, onde se esclareceram questões de tanta atualidade no IV Centenário da fundação de São Paulo, quais são a nacionalidade do Padre Anchieta e, como complemento, a História das Ilhas Canárias. Mil graças, também, pela honra, que não merecemos, de publicar nossos artigos nesta sua grande *Revista de História*, que temos remetido para a Espanha, para que os intelectuais de além Atlântico possam apreciar, pessoalmente, o desvêlo pela Ciência e pela verdade histórica

existente aquém do Oceano, assim como as Revistas e publicações científicas que no Brasil se fazem, dignas de competir com as melhores européias.

Finalmente, queremos enviar, daqui destas colunas, uma saudação afetuosa ao nosso mui digno contendor, o Dr. Tito Lívio Ferreira, Professor ilustre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela sua oportunidade no suscitar um tema de tão palpitante atualidade, e de provocar, com sua discussão, o esclarecimento de um ponto histórico tão importante. Não em vão reza o adágio que “da discussão nasce a luz”. E também da altura e elevação com que, por meio da sua cooperação, nos foi possível manter esta tese histórica, sem deslizarmos, em ambos os lados, da elevação científica em que nos movíamos, e sem descer, em momento algum, a terrenos impróprios de historiadores, tendo, ambas as partes, observado uma atitude digna e à altura que estas questões exigem, e aos quais desceram Sílvio Romero, Labieno e outros.

Nem vencedor, nem vencido; só a verdade e a história esclarecidas! Como Professôres, ambos, de Universidade, temos feito honra à nossa missão.

E a todos os ilustres leitores da *Revista de História*, e companheiros de professorado desta Universidade de São Paulo, agradecimento sincero por suas palavras de estímulo, pelo interêsse com que acompanharam o desenvolvimento desta questão, e pelo amor à História que manifestaram na leitura dêstes artigos.

São Paulo, novembro de 1953.

RICARDO ROMÁN BLANCO

Professor da Universidade de Valladolid (Espanha). Agregado à Cátedra de História Americana, como Professor Bolseiro da Universidade de São Paulo (Brasil). Professor de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.